



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

HORA: 14H00

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: João Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: José Radrigues Paredes

VEREADOR: António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: João Areias, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 26/2014

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA: CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

VEREADORES PRESENTES: JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA
LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
JOSÉ RODRIGUES PAREDES
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS

SECRETARIOU: JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

HORA DE ABERTURA: 14H00 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17h45 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária da reunião anterior.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1 Resumo do diário de tesouraria do dia 2014/11/24.
- 2.2 Presente informação n.º152, referente a um pedido de concessão de uma banca no Mercado Municipal de Alijó, em que é requerente o Sr.ª Sandra Marisa da Silva Botelho.
- 2.3 Presente informação n.º 100, contendo documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), para o exercício económico de 2015.

3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

- 3.1 Presente informação DDSCED/EDU/2014/130, apresentando Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2014/2015, para apreciação.

4. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

- 4.1 Presente informação DOU/OPM/2014/310, referente à abertura do procedimento por ajuste direto, a fim de realizar a Prestação de Serviços para Análises Laboratoriais do Controlo da Qualidade das águas para Consumo Humano e toda a assistência Técnica inerente, no Concelho de Alijó, para o ano de 2015, para ratificar.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Fomos recentemente confrontados com mais uma notícia de página inteira num jornal nacional, sobre a situação financeira da câmara de Alijó, desta feita no “Correio da Manhã”, sob o título “Ajustes diretos afundam Câmara”.

Esta notícia, pouco ou nada acrescenta às notícias que esta Câmara vem alimentando desde há um ano, sobre a temática da dívida, sempre com o objetivo de dramatizar um problema já de si delicado e que merecia dos atuais governantes locais maior responsabilidade.

A gestão financeira desta autarquia é uma matéria que desde há muitos anos tem merecido da minha parte uma atenção especial, na minha intervenção pública. Mas, concorde-se ou não com a gestão financeira dos executivos anteriores, alimentar desde há um ano um discurso que se limita a acrescentar problemas aos já existentes, criando alarmismo, intranquilidade e nenhuma solução, é algo que não aceito.

O mais grave é que este discurso é perigoso, pois pode prejudicar gravemente os interesses deste Município. Para além de se pretender empolar artificialmente a dívida do Município apenas para tentar obter ganhos políticos, já aqui critiquei e repito a crítica sobre a forma leviana como estão a ser debatidos na praça pública, por este executivo permanente, processos judiciais que se encontram pendentes em tribunal, parecendo que se quer condenar a Câmara Municipal ainda antes de haver sentenças nos processos em causa. Não se compreende.

Não está aqui em causa qualquer intenção de esclarecer a verdade, mas apenas a de criar ruído. Por exemplo, se está em curso uma auditoria externa, deveria este executivo aguardar serenamente pelos resultados desta antes de insistir neste tema. Antes mesmo de se conhecerem os resultados da auditoria, já estão a querer antecipar conclusões sem suporte.

Há uma passagem curiosa desta notícia que refere o seguinte: “As dívidas da autarquia já ultrapassam os 30 milhões de euros e levaram a um pedido de auditoria por parte do atual executivo. A análise às contas dos últimos 10 anos deverá terminar muito em breve



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

e irá revelar qual é afinal a verdadeira situação do município.” Ou seja, se a auditoria ainda decorre, porque se insiste nos 30 milhões de euros de dívida?

É que no que respeita aos argumentos utilizados neste discurso já estafado da atual Câmara, como já disse, não há novidades, apenas a vontade de lançar ataques políticos. Mas desde há um ano, houve documentos que, para já, desmentem esses argumentos: a Conta de Gerência de 2013, aprovada por este atual executivo sem reservas, contabiliza um endividamento de curto, médio e longo prazo de cerca de 20 milhões de euros; O relatório semestral do auditor externo – revisor oficial de contas já escolhido pelo atual executivo – com a análise económica e financeira e execução orçamental até ao final do primeiro semestre deste ano, igualmente contabiliza as dívidas a terceiros em cerca de 20 milhões de euros. Esse relatório não mereceu nenhum comentário do executivo permanente, que dele tomou conhecimento em reunião de Câmara de 28 de agosto. São documentos oficiais aprovados pela atual Câmara. Ora, se o Presidente da Câmara, mesmo sem esperar pelos resultados da auditoria, insiste em acrescentar mais cerca de 50% ao endividamento, terá de explicar onde vai buscar esse montante, que contraria documentos recentemente por si aprovados.

Acima de tudo, interessa que o debate em torno desta matéria seja honesto e que, sobretudo, todos saibam do que se está a falar antes de se emitirem opiniões que podem prejudicar os interesses deste Município.

Recentemente, têm sido dirigidas contra a Câmara ações judiciais por empreiteiros, relativas a obras antigas, algumas feitas há 10 e mais anos, o que não faz nenhum sentido. Pergunto se o discurso de empolamento da dívida por este executivo, não estará a servir de incentivo para que a Câmara seja demandada, havendo quem pretenda tentar a sua sorte, satisfazendo um quase aparente desejo de alguns de que a dívida seja o mais elevada possível. É uma matéria para reflexão de todos.

Mas há mais um aspeto a considerar, na demonstração de que a Câmara não estará assim tão arruinada financeiramente: É o que aqui aconteceu no passado fim de semana, com as comemorações dos 500 anos do Foral. É uma data que deveria ser assinalada – eu



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

próprio aqui o referi, quando no dia 10 de julho de 2014, a data em que os 500 anos se cumpriram, aqui lamentei o facto de nada se ter organizado para assinalar a efeméride.

Mas no passado fim de semana, organizou-se todo um evento festivo para estas comemorações que, obviamente, implicou custos com algum relevo. Independentemente de se concordar ou não com o modelo de evento organizado e da avaliação entre os custos e o retorno para o Município, há uma conclusão que é evidente: quem está em ruína financeira, não organiza e paga estas festas, por mais meritório que seja o seu mote. Cada cêntimo seria necessariamente utilizado nas despesas necessárias, obrigatórias e inadiáveis.

Mas encontrou-se folga financeira para essa organização e isso desmente também o discurso da dramatização em que se tem insistido.

A propósito, demonstro o meu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos intervenientes nestas comemorações, em particular os funcionários da Autarquia e as Instituições envolvidas.

A recente notícia do Correio da Manhã até aí se revelou um desperdício de espaço. Teria sido muito mais bem empregue na promoção destes eventos e do bom nome de Alijó. Infelizmente, sobre estas festividades, nem uma palavra nos jornais. É mais uma matéria para reflexão.

- Mas ainda assim o concelho de Alijó ainda vai tendo boas notícias, destacando aqui a divulgação dos finalistas da segunda edição do prémio lançado pela Rede EmpreemDouro, iniciativa impulsionada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), que pretende apoiar a criação de emprego no território.

Foram entregues 165 candidaturas às quatro categorias deste concurso que quer distinguir e impulsionar a criação de projetos inovadores na região do Douro. Dos 64 candidatos empresariais, a organização os 15 finalistas, onde encontramos projetos ligados aos vinhos e enoturismo de empreendedores neste concelho. Oxalá saiam vencedores.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- No passado dia 11 de novembro, estive nos Paços do Concelho de Alijó o Sr. Secretário de Estado da Administração Local. Pergunto se o mesmo deu alguma resposta relativa à homologação do acordo coletivo celebrado com o STAL, já aprovado em Fevereiro e ainda sem resposta.

- Coloco também uma questão sobre a unidade móvel de pequenas reparações, que foi já batizada. Esta unidade consta de uma alteração introduzida ao nível dos investimentos nos mapas que compõem o Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) que acompanha o PAEL (aprovada na reunião de 20/06/2014), como um investimento global de 60.000,00€, dos quais 51.000,00€ de fundos comunitários. Questiono se a Câmara conseguiu obter fundos comunitários ou se o equipamento foi integralmente pago pela Câmara e como isso se coaduna com o que está previsto no PAF.

O Vereador António Joaquim Fernandes começou por dizer que se congratula pelo facto de haver munícipes e membros da Assembleia Municipal interessados na vida autárquica, com visão própria e sentido de cada um sobre os assuntos do município.

Assim, quanto ao Correio da Manhã, como aqui já foi dito, percebe-se que algo não está bem, andar a ser falado, nos meios da comunicação social, pelos piores motivos, não convém ao concelho de Alijó. É bem melhor ser falado por coisas boas, mas à falta de iniciativa para fazer melhor, continua-se a falar da empolada dívida da Câmara.

Todos estamos fartos de saber como as coisas se passaram, não é, de todo, necessário propagandear nos jornais o que só alguns querem ver e o que ninguém consegue provar. Não fica bem insistir em culpar sem provar. Depois de um ano de governação já tiveram tempo de acabar com esse clima de terror e suspensão.

Com tal procedimento, vão conseguindo desviar as atenções da discussão dos assuntos de maior interesse para a Câmara municipal. Lamento que Alijó continue a ser falado sempre pelas piores razões.

Sabemos que este executivo permanente, pretende sair-se bem, no seu desempenho, e compreendo que não lhe fica mal tenta-lo. Mas condeno quando é conseguido à custa



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

daqueles que os antecederam, que com certeza, deram tudo que podiam e tinham para dar à causa pública. Lamento que continuem aparecer campanhas de permanente difamação sobre gente trabalhadora e honrada. Chega de tanta irresponsabilidade.

Ainda bem que as notícias de tão repetidas, também vão perdendo fulgor e interesse na opinião pública, julga que se deveria esperar pelo resultado da auditoria que até agora a única coisa que se conhece, são os encargos económicos para o município, sem até hoje, conseguirem apresentar os resultados pretendidos por quem tanto insistiu e desejou a auditoria.

Portanto, repudia a notícia do Correio da Manhã, por não se dever criticar, sem provas irrefutáveis os que nos antecederam no Executivo. Mais, a notícia falava em 30 milhões, quando o (ROC) Revisor Oficial de Contas, escolhido por este executivo permanente, suportado no exaustivo levantamento das contas da câmara, certifica nas suas conclusões, que a dívida não chega aos 20 milhões. A ter em conta o trabalho do (ROC) e até na aprovação das contas, por unanimidade, referentes a 2013, ultimo ano de mandato do anterior executivo camarário, parece-me uma obsessão continuar a badalar o número dos 30 milhões. Seria bom arrepiar caminho e falar de coisas mais concretas e projectos para o futuro da câmara, para não corrermos o risco de chegarmos ao fim do mandato a falar do sonhado número dos 30 milhões.

Esta é uma questão que tem sido empolada até ao extremo. Decerto que os munícipes não gostarão de continuar a ver e ouvir falar muito do passado e pouco do empreendedorismo e empenho no futuro municipal.

Pergunta? Por que razão não havia tantos processos em tribunal contra o executivo anterior, como agora, nesta câmara, “que chegam aos montes”. Alguma forte razão deve haver!

Para finalizar, informa que é um assunto mais que falado nos munícipes deste concelho, ao ponto de já haver quem se interrogue, se tanto processo judicial interessa a alguém?

É hora de virar o discurso para que Alijó possa melhorar. Não podemos continuar nesta política miserabilista, que ao fim de um ano continua. Já tiveram tempo de mostrar



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

serviço e apresentar outra perspectiva de futuro e esperança aos munícipes do concelho de Alijó.

Quanto ao discurso, mais de que gasto, “não há dinheiro para nada”, depois constata-se, que há dinheiro para tudo. Festas faustosas e dilatadas no tempo, como o Foral dos 500 anos de Alijó, monumentos, compram-se máquinas e carrinhas sem qualquer apoio comunitário, é porque há dinheiro. É óbvio que gosto de ver a camara com mais meios ao dispor das pessoas, só se espera que esse investimento se venha a reflectir em melhoria das condições da população do concelho.

Congratula-se com o facto do Secretário de Estado ter vindo a Alijó, mas o que trouxe, o que é que Alijó beneficiou com tão ilustre visita?

Todavia, constata-se que o evento não conseguiu motivar os munícipes e que poucos se reviram neste dispêndio económico desnecessário. Poderia, em tempo de “crise como dizem” ser menos dispendioso.

Como sempre que Alijó está em festa, aparece uma notícia “negra” sobre o concelho nos jornais. Agora vem aí o Natal, o que irá sair no Correio da Manhã, no Público, no *Facebook* ou até na *televisão*?! Por favor, vejam se, desta vez, conseguem uma novidade que perspetive bem-estar alegria e paz ao concelho!

Pela parte que lhe toca está disponível para ajudar e participar. Está de braços abertos para colaborar e contribuir na resolução dos problemas do concelho.

Um outro assunto, depois de ler a placa comemorativa dos 500 anos do foral, a seguir aos dizeres de nomeação do evento, aparece o nome do sr presidente da câmara, na sua opinião, deveria haver outra forma de ligação entre as duas menções.

Quanto à oficina móvel sugere que deveriam fazer um regulamento para saber a quem se destina e como vai funcionar. Acrescenta que se fazem reuniões de 15 em 15 dias, e que até ao dia da apresentação do carro móvel - oficina solidária - os vereadores nada sabiam da sua existência e muito menos de que seria a apresentada e baptizada naquele dia. Julga que estes assuntos deveriam ser partilhados nas reuniões de câmara. A final, é para isso que elas servem e se realizam de quinze em quinze dias.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Dá os parabéns à comissão organizadora do Foral, às Juntas de Freguesia, Associações envolvidas; particularmente as IPSS'S e aos trabalhadores da câmara, no empenho que tiveram e com o esforço do seu trabalho ajudarem a realizar e participar no evento dos 500 anos do Foral da Vila de Alijó. Sem eles não seria possível que a efeméride acontecesse. Parabéns a todos por isso.

Outro assunto que há mais de 6 meses aqui foi tratado e que se prende com a estrada de Santa Eugénia - Martim, que já na altura tinha muita vegetação inclinada para o alcatrão, como até à data, nada foi feito, imaginem como não está agora!

Quer saber se os carvalhos que foram plantados junto ao acesso que da ao Estádio Municipal foram ou não cortados? Teve a oportunidade de verificar que não estão secos, por isso quer saber se a câmara tem conhecimento do assunto ou se foi banditismo.

Foi aqui comunicado, pelo sr. Vice - presidente que no Bairro S. Domingos, em Favaios, as obras estão embargadas, tivemos conhecimento de que as mesmas obras embargadas, foram concluídas na véspera da festa de Favaios. Se assim foi, para que servem os embargos e as informações prestadas nas reuniões do mais alto e responsável órgão representativo da câmara.

Relativamente à situação do Grémio disse, lamentar que o executivo permanente da câmara se prepare para comprar o edifício sem 1º se preocupar com os postos de trabalho e os agricultores. Considera que no seu entender, a preocupação primeira deve ser com as pessoas, os trabalhadores, os agricultores e a dinâmica das sinergias que aquele comércio fortemente ligado à lavoura concelhia e Douro em geral. Resumindo, é bem mais importante garantir os postos de trabalho e a dinâmica local do que tudo o resto.

Importa referenciar o seguinte, ainda não conseguiram arranjar dinheiro para reparar as infiltrações do Auditório, mas disponibilizam recursos económicos para dar prioridade à compra do Grémio, em detrimento da defesa intransigente dos trabalhadores.

Para finalizar, disse que todos sabemos que a Pousada da Juventude, no ano passado, esteve fechada durante o inverno, por falta da camara não ter assumido a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

comparticipação de aproximadamente 23.000,00€. Ora, aquela infra-estrutura a funcionar durante o período do ano de menos vitalidade, ajudaria a implementar uma dinâmica de ajuda aos comerciantes da vila de Alijó.

Segundo o que se soube, já existiu uma reunião da câmara com o representante da Pousada da Juventude - Movijovem, com a finalidade de se chegar a um entendimento para o próximo ano de 2015. Sabemos que é dever desta câmara, informar do resultado alcançado nessas conversações.

O Vereador João Manuel tomou da palavra para dizer que relativamente à comemoração dos 500 anos, a Câmara Municipal não podia deixar de o fazer. Quer registar o apreço à Comissão que organizou, e mostrar o reconhecimento enorme às Associações, Juntas de Freguesia e aos funcionários.

Lamenta que não tenham estado presentes no evento, alguns vereadores.

Quanto à oficina móvel, concorda com o Vereador António Fernandes, acha que deveria haver regulamento e passar pelos serviços sociais da Câmara.

Relativamente à Pousada da Juventude, viu uma notícia de Braga. A Movijovem pediu 6.000,00€.

Quanto às dívidas, vem reiterando, que quer ver com rigor. Não é verdade que só agora entram processos judiciais. Mas tem ainda outra grande preocupação: as dívidas das juntas de Freguesia, mas isso é para segundas núpcias.

O Vereador António Joaquim Fernandes retomou a palavra para dizer que recebeu o convite como qualquer cidadão, recebeu-o na caixa do correio, por isso veio nessa condição de cidadão e como cidadão cumpriu ao ter estado no cortejo e outras iniciativas da efeméride.

Agradece à comissão organizadora, às IPSS's, outras Associações, Juntas de Freguesia e demais funcionários.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Declambrante Património Natural

O Vereador Adérito Figueira começou por dizer que reconhece todo o trabalho para a realização da festa dos 500 anos, na dimensão das possibilidades.

Relativamente às contas, não quer ser juiz em causa própria.

No entanto, quer dizer que fez muitos erros, porque só quem não faz nada é que não erra. Não é como outros que fogem como o que aconteceu na última sessão, no Tribunal de Mirandela.

Tem consciência tranquila, e dirá sempre a verdade, nunca fará como alguns que atiram as suas próprias responsabilidades para os outros, espero que estes comportamentos terminem porque caso contrário este assunto poderá tomar outros contornos.

O Vice-Presidente tomou da palavra e disse que há questões que foram levantadas por mero populismo.

Relativamente às comemorações dos 500 anos do Foral da Vila de Alijó, a equipa estava constituída por elementos de todos os quadrantes. Mas houve contenção e foi cumprido o acordado pela Comissão. Noutros tempos, tínhamos um Paulo Gonzo ou Xutos e Pontapés. Agora, se, aproximadamente 30.000,00€, é despesismo...

Quanto aos processos, as dúvidas porque só agora dão entrada, quem as coloca é ele.

Congratula-se com a frontalidade do Vereador Adérito Figueira, Vice-Presidente cessante. Mas não entende, pois parece que há gente que apareceu em fotografias do Boletim Municipal, mas agora não conhece as obras. Isto é grave.

Relativamente à oficina móvel, o regulamento está quase pronto, no entanto aguarda-se também a inspeção especial do IMT.

A participação dos funcionários no evento demonstra, claramente que têm percebido as alterações orgânicas na reorganização que se está a implementar.

Relativamente à questão dos carvalhos, informa de que estão serviços técnicos a averiguar/analisar o ocorrido.

No que concerne à estrada Carlão- Santa Eugénia- Martim está previsto começar no espaço de duas semanas.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Quanto à compra do edifício do Grémio, não me recordo de alguma vez ter dito que o Município pretendia adquirir o edifício.

No Auditório irá haver intervenção, em breve. Já teve duas reuniões com dois empreiteiros diferentes. Explicou que a intervenção passará por uma intervenção técnica moderna, com cobertura de zinco, solução esta usada pelo arquiteto Siza Vieira. Perspetiva-se o início de obras, em janeiro.

O Presidente da Câmara, dando resposta ao explanado, disse que imputam a responsabilidade à Câmara Municipal de Alijó pela notícia do Correio da Manhã, mas nada tem este Executivo a ver com tal situação. Algum do conteúdo desconhecia mesmo, pelo que desvincula o Executivo permanente totalmente.

Quanto à procura da verdade: propôs na segunda reunião de Câmara, uma auditoria com fim pedagógico. Tem que correr bem à Câmara para correr bem a Alijó.

Quanto ao edifício do Grémio, nunca houve qualquer intenção de comprar o edifício, porque não está à venda nem é vendável.

Quanto à impossibilidade de organizar este evento, desculpo o Vereador Miguel Rodrigues porque não é de cá!

Quanto ao valor da unidade móvel disse que a mesma custou 16.000,00€, veio adaptada, e informou de que haverá regulamento e a total participação aos serviços sociais, de início só com as IPSS's.

Quanto ao aparecimento, só agora, de alguns processos, dirigindo-se ao Vereador Miguel Rodrigues, disse que, por exemplo, só agora a sua Entidade Patronal mandou as suas despesas referentes ao ano de 2012.

Acrescentou que desconhece a notícia sobre a intenção de compra do edifício do Grémio. Atualmente, procura-se o título de posse desse mesmo edifício.

Quanto à Pousada da Juventude aparecer na dívida, que era uma intenção, que não havia deliberação. Esteve de facto reunido com o Dr. Ricardo Silva, administrador da reversão da insolvência, pediram um retorno de 15% sobre o lucro, que se considera impensável.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2014/11/24 apresentando um total de disponibilidades 3.642.541,85€ sendo 2.989.841,62€ de dotações orçamentais e 652.700,23€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomoda conhecimento.

2.2 Presente informação n.º152, referente a um pedido de concessão de uma banca no Mercado Municipal de Alijó, em que é requerente o Sr.ª Sandra Marisa da Silva Botelho, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a concessão da banca n.º28 nos termos da informação técnica, mediante o pagamento do valor da adjudicação, no montante de 60,00€.

2.3 Presente informação n.º100, apresentando reformulação dos documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos), por conterem duas alterações: a aprovação de uma reestruturação orgânica e a obtenção de visto do Tribunal de Contas sobre o empréstimo do Reequilíbrio Financeiro, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada por maioria, com os votos contra do Vereador eleito pelo Partido Socialista, António Joaquim Fernandes e do Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Miguel Rodrigues e com a abstenção do Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Adérito Figueira, a presente proposta, assim como submeter à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), para apreciação técnica, de acordo com a alínea b), do n.º1, do artigo 10.º do Lei n.º43/2012, de 28 de agosto e posteriormente remeter à Assembleia Municipal para



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

aprovação, nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

Mais foi deliberado, dar sem efeito a deliberação, da Reunião de Câmara realizada no dia 23 de setembro de 2014, sobre este mesmo assunto.

O Vereador Miguel Rodrigues apresentou a presente declaração de voto:

O relatório de análise que acompanha a proposta de orçamento municipal para 2015, reduz-se a um conjunto de lugares comuns, meramente propagandísticos e que em muitos casos contrariam as práticas que têm vindo adotadas por este atual executivo.

Com efeito, a ação do executivo camarário permanente não tem respeitado os princípios da transparência, do rigor, nem da sustentabilidade financeira. A prática deste executivo, desmente categoricamente os princípios enunciados no relatório de análise.

Interessante também verificar o modo como este relatório aborda a situação económico-financeira do Município, pretendendo contornar os dados essenciais que uma vez mais desmentem aquele que tem sido o discurso deste executivo. Decorre dos dados apresentados (e que constavam já do último relatório elaborado pelo auditor externo) que o endividamento de curto, médio e longo prazo desta Autarquia ronda os vinte milhões de euros, distante portanto, dos trinta milhões que este executivo insiste em propagandear.

Por outro lado, este relatório, quando alude aos processos judiciais pendentes, esquece-se de esclarecer que o Plano de Reequilíbrio a que o Município aderiu, prevê já uma verba para "contingências", isto é, situações resultantes de processos judiciais, cujo montante inscrito era de cerca de 1.700.000,00€, prevenindo portanto necessidades financeiras futuras a este nível.

Também se esquece de referir que a diminuição dos prazos médios de pagamento é uma consequência necessária da implementação do Programa de Apoio à Economia Local, que implica o pagamento de dívidas de curto-prazo a fornecedores.

Todos estes, instrumentos financeiros a que o Município de Alijó se candidatou no final de 2012 e que têm permitido a injeção de capital na economia local e permitirão a consolidação do endividamento de médio e longo prazo.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Observo ainda que não se encontra aqui demonstrado que os compromissos assumidos pelo Município em sede de Plano de Ajustamento Financeiro, no âmbito da candidatura ao PAEL e PRF, estejam assegurados nesta proposta de orçamento municipal.

No mais, é curioso que decorrido já mais de um ano de mandato, o atual executivo permanente continue a limitar-se a um conjunto vago de intenções, sem tradução prática. Como já antes apontei, este é o orçamento mais pobre de que tenho memória nesta Câmara, na forma e no conteúdo.

Tal como eu já apontava na apreciação do orçamento para 2014, também estes documentos previsionais para 2015 nada indicam sobre a estratégia de crescimento económico e de desenvolvimento social que o executivo permanente defende para este Concelho. Um vazio total. Não há um desígnio, uma ideia para o futuro deste território.

Na visão deste atual executivo camarário permanente, os compromissos assumidos devem ser respeitados apenas no que se refere às receitas, com a aprovação dos impostos e taxas municipais no máximo. Mas na sua gestão, este executivo não dá o exemplo do rigor e do bom uso dos dinheiros públicos, com as nomeações políticas, uma gestão interna de recursos humanos que denota desgoverno e instabilidade, adjudicações de serviços em dezenas de milhares de euros que não obedecem a necessidades efetivas e prementes, nem respeitam a critérios claros e outros atos de gestão que importam custos significativos para o Município, como os casos de decisões judiciais recorríveis que este executivo deixou transitar em julgado, constituindo a Câmara na obrigação de pagar, desde já, valores superiores a uma centena de milhares de euros.

Temos assim uma Câmara que apenas se vai dedicando à gestão corrente e, mesmo assim, com muitas deficiências.

O primeiro ano deste mandato foi um período perdido para este Município que, mais do que estagnar, recuou nos seus objetivos, na sua ambição e na sua visão de futuro.

Na votação do orçamento para 2014 abstive-me, dando o benefício da dúvida ao novo executivo. Neste momento, não tenho dúvidas da impreparação e incapacidade deste



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

executivo permanente, criticando seriamente a ausência de rumo manifestada. Razão pela qual terei de votar contra os documentos previsionais para 2015.

O Vereador António Joaquim Fernandes apresentou a presente declaração de voto:

- 1) *Qual a razão de vir, de novo, a votação os documentos previsionais para 2015? Embora tenha reparado em algumas pequenas alterações.*
- 2) *Continua a ver que para as Instituições sem Fins Lucrativos, não há grandes meios para as IPSS's no referido plano e orçamento para 2015.*

Considera que é pelas Associações (IPSS's) que devem passar essas formas de apoio. Acha muito pouco o que está inscrito para as instituições de solidariedade. Deveria esse apoio começar de imediato. A verdade é que se houve, e bem, distribuição pelas freguesias, também devia haver pelas associações.

- 3) *As freguesias continuam com valores muito díspares.*

Em coerência com a votação anterior, mantenho o meu sentido de voto – contra -.

O Vereador João Manuel da Costa apresentou a presente declaração de voto:

As IPSS's não têm no próximo quadro de apoio, vão ter oportunidades de realizar reparação nas Instituições. Estas instituições, do Concelho que se queiram candidatar, no próximo ano, precisarão do apoio da Câmara.

O Vereador Adérito Figueira apresentou a presente declaração de voto:

Mantem o sentido de voto anteriormente exercido.

3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

3.1 Presente informação DDSCED/EDU/2014/130, apresentando Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2014/2015, para apreciação., que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

4. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

4.1 Presente informação DOU/OPM/2014/310, referente à abertura do procedimento por ajuste direto, a fim de realizar a Prestação de Serviços para Análises Laboratoriais do Controlo da Qualidade das águas para Consumo Humano e toda a assistência Técnica inerente, no Concelho de Alijó, para o ano de 2015, para ratificar, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara, exarado em 13 de novembro de 2014.

4.2 Presente informação DOU/OPM/2014/313, propondo a abertura de procedimento por ajuste direto, para a aquisição de serviços referentes à certificação energética final, incluindo auditorias e emissão de certificados do Pavilhão Gimnodesportivo e Piscina Municipal coberta, no âmbito das Candidaturas NORTE-07-0765-FEDER-000437 (Piscina) E NORTE-07-0765-FEDER-000404 (Pavilhão), que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, nos termos da informação técnica.

4.3 Presente informação DOU/OPM/2014/335 referente à prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de dezembro de 2014, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a prorrogação do contrato com a firma EGEO, SGPS para a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos do concelho de Alijó, transporte a destino final e limpeza urbana da vila de Alijó, para o mês de dezembro de 2014.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

4.4 Presente informação DOU/OPM/2014/336, propondo a abertura de procedimento por ajuste direto, a fim de realizar a prestação de serviços para a Realização de Análises de Águas Residuais e toda a Assistência Técnica inerente, no Concelho de Alijó, para o ano de 2015, para ratificar, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara, exarado em 24 de novembro de 2014.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 17/12/2014, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2012, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Presidente da Câmara

Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Manuel João Areias Peixoto